



## **Demografia e Escravidão: constituição familiar a partir da documentação paroquial da Vila da Imperatriz (1859 e 1861)**

Felipe dos Santos Silva<sup>1</sup>

### **Introdução**

A temática que busca ser discutida, a grosso modo, debruça-se nos livros de batismos e de suas oportunidades variadas de abordagens: população, relações espirituais (compadrio), relações parentais (consanguíneos). No caso específico, este trabalho é voltado para a população escrava, constituições familiares e relações de compadrio na Vila da Imperatriz entre os anos de 1859 e 1861. O livro que foi tabulado e que resultou em algumas observações foi o livro de nº 5 da Vila da Imperatriz. Livro que compete ao recorte temporal de 1859 a 1861. Os primeiros passos desta pesquisa foi retirar as informações “importantes” do livro, ou seja, um processo de tabulação da documentação que encontra-se no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). A partir de uma análise final do livro e da ajuda do método da Demografia Histórica<sup>2</sup>, pode-se traçar alguns aspectos correlacionados à população da Vila da Imperatriz em meados do século XIX.

Algumas reflexões sobre a escravidão na Vila da Imperatriz ou numa parte da zona da Mata Alagoana só foi possível por conta do acesso às fontes. Sem embargo, os arquivos paroquiais oferecem uma vasta gama de

---

<sup>1</sup>Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: silva\_felipes@outlook.com. Membro do Grupo de Estudos de América Colônia GEAC/UFAL, coordenado pelo Profº Drº Antônio Filipe Pereira Caetano. Pesquisador bolsista no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), atuando na área de Escravidão, Demografia, família e Relações de Poder, orientado pelo Profº Drº Antônio Filipe Pereira Caetano.

<sup>2</sup>Em um debate sobre Demografia Histórica Iraci del Nero da Costa busca exemplificar sobre o que é Demografia Histórica. Para Costa Del Nero, a Demografia Histórica consiste em técnicas de levantamento do período pré-estatístico, salientando que a Demografia Histórica utiliza fontes primárias e não convencionais, que submetendo a análises e tratamentos chega-se a valores imprescindíveis. COSTA, Iraci del Nero. Demografia Histórica: algumas observações, p.1. *In* Revista Saeculum – Revista de História [24]; João Pessoa Jan./ Jun. 2011.



informações para o historiador no desafio de desvendar o passado. Busca-se, a partir do *corpus* documental, traçar alguns aspectos sobre a família, não só em um modelo de família nuclear, mas com um viés da família extensa, incluindo, nesse parâmetro, o compadrio como uma relação familiar estabelecida através do batismo e/ou sacramento e a população da Vila da Imperatriz, índice de mães solteiras e o mapeamento das escravarias ou posses de escravos.

É sabido que apesar dos livros de batismo oferecerem um suporte gigantesco na produção histórica, depara-se o pesquisador, em alguns momentos, com limites variados, sejam eles em lacunas cronológicas; o não cumprimento das *Constituições Primeira do Arcebispado da Bahia de 1707*; o zelo dos vigários em não especificarem o local onde reside os padrinhos, os pais, a *cor* e se os padrinhos matem relações conjugais ou parentais entre si bem como outros obstáculos enfrentados durante a pesquisa.

Mas cabe ressaltar, que esses obstáculos não são encontrados corriqueiramente em todos os livros de batismo. Alguns deles têm uma abordagem mais completa da realização do sacramento. Em um livro de batismo da mesma Vila que corresponde a um recorte temporal posterior, entre 1866 e 1869 (livro que não é objeto de análise), o vigário faz um apanhado maior das informações sobre a condição social dos personagens, por exemplo, se os padrinhos são casados e a *cor* das crianças que estão sendo levados a pia batismal.

Os registros paroquiais, em geral, tornaram-se um norte para o estudo da escravidão no Brasil, a partir do uso do método da Demografia Histórica. Contribuem com uma série de auxílios para levantamentos e questionamentos, tanto com dados qualitativos como quantitativos. Stuart Schwartz em *Escravos Roceiros e Rebeldes*, fez uma discussão sobre a produção historiográfica da escravidão brasileira e chega-se, em algumas conclusões, a saber: “O interesse, agora, por assuntos demográfico

caracteriza muitos livros sobre a escravidão brasileira<sup>3</sup>.” É por esse aspecto, da nova produção historiográfica, que segue a tentativa de dar um sentido à história da escravidão alagoana, usando os registros batismais do ACMM.

### I. População na Vila da Imperatriz entre 1859 e 1861

Das quantificações obtidas na documentação, em linhas gerais, apresenta-se algumas características que se busca remontar a partir da obtenção dos dados da Vila. Entre 1859 e 1861 foram realizados em torno de 893 batismos na Vila da Imperatriz. Esse resultado é parcial. O bruto desses registros encontram-se entre 1859 e 1860. Desses 893 batismos, 45 foram de escravos, ou seja, cerca de 5 % do total dos registros. A tabela abaixo, especifica melhor a população de batizados por Condição Social e/ou condição Jurídica.

**Tabela 1: Distribuição por condição social dos batizados (1859-1861)**

<b>Condição Social</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Livres	848	94,96%
Escravos	45	5,39%
Forros	01	0,11%
Índio	0	0,0%
Africanos	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>893</b>	<b>100%</b>

Fonte: ACMM, Livro de Batismo N° 5, Vila da Imperatriz, 1859-1861

Para as mães solteiras ou filhos batizados sem a presença dos pais, encontramos um total de 88 registros. Com relação à cifra geral desses 88 registros de mães solteiras apresenta em torno de 9,8% do total. A população escrava dos 88 registros de mães solteiras foram de 28 registros. Nessa fração, temos aproximadamente 31,81% de mães escravas no total dos 88 registros de batismos de mães solteiras. No mesmo rumo é interessante

<sup>3</sup>SCHUARTZ, Stuart. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, P.33.

pensar o total de mães solteiras escravas, com a natalidade escrava, em outras palavras, dos 45 escravos nascidos mais da metade das mães lançadas no livro de batismos se apresenta nos registros como solteira. A segunda tabela, demonstra melhor a quantidade de mães solteiras livres, escravas, indígenas ou forras no período dos três anos de recorte temporal.

**Tabela 2: condição das mães solteiras dos batizados (1859-1861)**

<b>Mães solteiras</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Livres	60	68,18%
Escravas	28	31,81%
Forras	0	0,0%
Índias	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>

Fonte: ACMM, Livro de Batismo Nº 5, Vila da Imperatriz, 1859-1861

Outros resultados foram levantados na Vila da Imperatriz, mas, com um índice baixíssimo. Por exemplo, nos três anos de recorte, só pudemos contemplar dois forros. Dos forros: um antes de nascer e outro aparece como pai. Nesse mesmo rumo, outras perspectivas de registros não foram assinalados nos livros da Vila da Imperatriz durante os três anos pesquisados. Um dos casos são os homens da justiça e o outro que não consta nos registros são as etnias de escravos batizados na Vila da Imperatriz. Ou seja, não houve durante esses três anos uma demanda de escravos adultos vindos direto de África, mas, se houve um contingente de origem africana na região da Vila da Imperatriz para o período pesquisado, não consta no livro de batismo, em outras palavras, durante 1859 e 1861 não houve batismos de africanos. Para confirmação dessa hipótese vislumbra-se que dos 45 registros de batismos, só um se refere a um *captivo* como nome de *Carrolampio*, sem origem dos portos de embarque em África, e que também não consta idade. Mediante a isso, temos quase 100% dos escravos batizados nascidos em terras brasileiras. Em outras palavras, não há nenhum número de escravos sendo batizados com mais de um ano. Dos 45 escravos

que foram batizados durante os três anos somente um não apresentou os registros de forma *concreta*. Temos como horizonte, de que todos os escravos batizados na Vila da Imperatriz nasceram no cativeiro. Isso também nos faz pensar a família cativa composta por agentes da mesma localidade, uma vez que o vigário afirma que todos os participantes eram da mesma freguesia<sup>4</sup>.

Outra perspectiva é a relação de homens livres com mulheres cativas, havendo três registros que nos apontam tais relações; um deles é o de Joaquim Gomes *livre* e Thereza *escrava*. Tendo por experiência o contato com os livros de batismos, observamos uma certa *despreocupação* dos vigários na organização dos registros de batismos, onde de certa maneira, perdemos algumas informações que seria de importância fundamental para uma visualização das relações sociais da Vila da Imperatriz. Sobre a abordagens desses dados, podemos *sem exatidão* reconstituir o cotidiano escravo na Vila da Imperatriz. Um dos aspectos de reconstituições são os das escravarias e do senhorio local, das relações de livres com escravos e de escravos com escravos, ajudando pensar, também, a família escrava Espiritual estabelecida pelo compadrinamento, alongando, de certa forma, a família escrava.

## II. Sacramento e as Relações de Compadrio

O batismo foi, e é, um dos sacramentos mais difundidos pela Igreja Católica. Para o cristianismo, o batismo assume um papel de grande importância. Para o *mundo* cristão: o batismo serve *grosso modo*, para demarcar a entrada do *párvulo que é o batizando* no cristianismo. Mas, não só é essa a ideia em que o batismo estaria ligado, mas em outras, de forma intrínseca. Em um artigo publicado por Martha Daisson no livro *Escravidão e Liberdade; temas, problemas e perspectivas de análise*, a autora nos dá um norte sobre o rito do batismo. A ideia do sacramento batismal está ligada à realização do primeiro evento do

---

<sup>4</sup>A palavra freguesia aparece no texto na assinatura do vigário nos registros de batismo



sacramento, onde, Jesus é batizado por João Batista. Em si, o batismo significa em ampla medida, a purificação do ser vivente. Segundo a autora: “o significado que adquire é de um rito de purificação pela alma, no qual os pecados que todos herdamos de Adão e Eva é purgado quando as águas, durante o rito, atingindo o corpo, limpam a alma (2012. P,102).<sup>5</sup>” O escopo do trabalho não é só o plano espiritual do sacramento, mas é de interesse, as relações pessoais e interpessoais que são estabelecidas a partir do evento batismal.

Pensando o compadrio como uma relação estreita e de estabelecimento de parentesco espiritual, não podemos pensar o compadrio de forma “inconsciente” e que nos remete a *achar* que as relações de compadrio podem ser aleatórias, sem nenhum interesse. O sacramento forma relações espirituais-parentais, como também, relações sociais. Expondo basicamente as relações formadas pelo compadrio, temos em primeira vista, a família que se forma a partir do sacramento. Os padrinhos tem a *obrigação* de ser os pais espirituais do batizado ou os tutores na ausência do pai e da mãe. Os pais, via sacramento, estabelecem uma relação de irmandade com os padrinhos. Ou seja, minimamente, o batismo institui relações complexas em sua matriz. Quando falamos em complexas estamos abordando as perspectivas de escolhas: quem vai ser *aderido* à família ou quem pode fazer parte dessas relações. A exemplo de quem pode ou não fazer parte dessas relações, Daisson relata algumas leis das *Constituições Primeira do Arcebispado da Bahia* sobre o sacramento batismal. A saber:

(...) sendo pessoas já batizadas, e o padrinho não será menor do que quatorze anos, e a madrinha menor de doze, salvo especial licença. E não poderá ser padrinho infiéis, hereges ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, os mudos, os que ignora os princípios da nossa Santa Fé, nem Frade, nem Freyra, nem Cônego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo da Religião aprovada (excertos das ordens militares) per si[sic], nem por procurados<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup>DAISSON. “O uso dos registros de batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão” In: XAVIER, Regina Célia Lima (org). *Escravidão e Liberdade: Temas problemas e perspectivas de análise*. São Paulo SP: Alameda, 2012, p.102.

<sup>6</sup>Idem, p.104.

A partir dos escritos de Daisson com base nas *Constituições*, temos, em princípio, uma ideia do quadro geral dos agentes históricos que podiam participar do sacramento.

Num recorte temporal de três anos, foram tabulados 893 registros de batismos. Para pesquisa, é interessante pensar a cifra dos 5% dos batismos, que correspondem aos batismos de escravos realizado na Vila durante os três anos. Tentando reconstituir os maiores plantéis da Vila (que nas maiores propriedades até agora só encontramos 5 almas), há a dificuldade do mapeamento dos escravos por conta dos sobrenomes. Nos registros só existem os nomes. Com embargo, podemos cometer homônimos nas quantificações das propriedades no sentido de haver muito nomes em comum. O interesse nos mapeamentos nas reconstituições de plantéis, nesse caso, atuaria na hipótese de identificar as relações de escravaria e de senhores através delas, conseguindo neste artigo, alguns casos mínimos das relações dos plantéis.

Observando em linhas gerais os registros de batismos, na documentação não existiu uma recorrência de mesmos nomes para as opções de “compadres”, tanto para as famílias escravas, quanto para livres. Os apadrinhamentos não estão repetidos entre as mesmas pessoas, estão bem distribuídos no mesmo espaço geográfico. Em outras palavras, os apadrinhamentos são de moradores da Vila, sem existir na documentação, pessoas de outras Vilas ou localidades estabelecendo laços através do batismo. Dos batismos apadrinhados por escravos foram apenas 9 dos 45 registros de escravos que foram levados a pia batismal e os 36 restantes foi por livres. Para entender uma quantidade grande de apadrinhamentos de livres na Vila, necessariamente observa-se a população geral de escravos que aparecem na documentação, cerca de 5% do geral, ou seja, em linhas gerais, é uma população diminuta para constituição de laços sociais e familiar. Os plantéis, são de 1 à 5 escravos por proprietário. Os dados populacionais, tem, nesse sentido, um peso nas decisões das relações espirituais do batismo, entre as condições sociais da Vila:



A predominância de padrinhos livres tem sido tradicionalmente relacionada com o baixo percentual de população escrava e com sociedades caracterizadas por pequenas escravarias, enquanto que a maior presença de padrinhos escravos seria características das áreas de grandes contingentes populacionais de escravos e grandes posses de escravos, como as regiões da grande lavoura<sup>7</sup>

Compactuando com Farinati, podemos, supostamente, pensar a Vila da Imperatriz, como uma organização social mista, ou seja, de diversas condições sociais distintas e com o passar do tempo, um peso maior de livres, uma vez que não temos números concretos sobre os forros, seja por não haver ou pelos clérigos não especificarem na documentação. De certo modo não se isola a possibilidade de haver uma população de cor, mas não possível de mapear no livro trabalhado. Nas relações por escravarias temos alguns dos proprietários com maiores quantidade de almas. Em 30 de outubro de 1859, foi batizada a *párvo*la Bajutulina, filha de Manoel e Balbina, escravos de Francisco Hecaterio de Oliveira. Os padrinhos de Bajutulina foram Joaquim e Vicencia, Joaquim, escravo de Francisco Ferreira e Vicencia, escrava de Manoel Felício. No registro de batismo, não consta se Vicencia e Joaquim eram casados, mas o que se mostra é que, provavelmente, durante o batismo formou-se relações estreitas entre os donos de cativos e, por outro lado, parcerias entre os escravos de outros planteis.

Para as relações entre os donos de escravos é necessário perceber que a partir do compadrio se fortalece a posição de um determinado *estrato* da sociedade. A posição e as relações estabelecidas entre o *estrato* social dos senhores e dos brancos que não usufrui de uma posição de senhor, melhor, não faz parte do senhorio local, é um modo de participar da *elite* de uma determinada localidade, conseguindo a partir da participação da família, espiritual, exteriorizar algumas vantagens na sociedade e no convívio do dia a dia. Além dos laços não consanguíneos dos padrinhos, podemos observar

---

<sup>7</sup> FARINATI. "Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social, família e compadrio no sul do Brasil (c.1820 – c.1855)" In: XAVIER, Regina Célia Lima (org). **Escravidão e Liberdade: Temas problemas e perspectivas de análise.** São Paulo SP: Alameda, 2012, p.147-8.

um entrelaçamentos dessas relações entre familiares de sangue. A exemplo da família Lopes da Costa. Três integrantes da família aparecem em relações de apadrinhamento, que são: Bruno Lopes da Costa, José Lopes da Costa e Pedro Lopes da Costa. Estes personagens são listados como proprietários ou como padrinhos dos escravos de um parente proprietário. José Lopes da Costa, aparece com um plantel de cinco escravos; Bruno Lopes da Costa com três escravos e Pedro Lopes da Costa como padrinho de um dos escravos de José Lopes da Costa.

Um dos exemplos é o batismo de Manuel em 02 de outubro de 1859, escravo de José Lopes da Costa sendo padrinho Pedro Lopes da Costa. Assim, perante a igreja, Manuel, sua mãe Antônia, solteira e Pedro Lopes da Costa estabelecem relações espirituais. Os registros de escravos são poucos, quando pensamos em Vila da Imperatriz. Dos 45 registros de cativos, apenas 9 foram de escravos: 5 homens, 3 casais e 1 casal formado por um livre e uma escrava. As redes de sociabilidades só não estão para os senhores ou os seus mais próximos para os escravos, também existem as possibilidades de relações e interesses comunais. Um dos exemplos é o fortalecimento da família extensa, agregada e funcionando como forma de ajuda mútua da comunidade e estrato social igual. Robert Slenes, fazendo um balanço respeito da família escrava do sudeste, discorre numa breve análise, sobre a importância da família extensa:

[...] a família escrava –nuclear, extensa, intergeracional- contribuiu decisivamente para a criação de uma “comunidade” escrava, dividida até certo ponto pela política de incentivos dos senhores, que instauravam a competição por recursos limitados, mas unida em torno de experiência, memórias e valores compartilhadas. Nesse sentido, a família minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para subversão e a rebelião, por mais que parecesse reforçar seu domínio na rotina cotidiana<sup>8</sup>

O mapeamento das relações interpessoais feita por Slenes é fundamental para dar um sentido e entendermos as relações e *ajudas* na formação da família escrava da zona da mata da Província Alagoana, percebendo que relações e estratégias não é só coisa de *gente branca* mas

<sup>8</sup>SLENES, Robert. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999, p.48.



também dos negros escravizados, que há muito a historiografia o tratou como *coisa* negando em si a participação do negro nas transformações sociais.

### **III. Considerações finais**

Como foi dito anteriormente, o trabalho e as hipóteses levantadas nele, só foram possíveis por conta do acesso às fontes eclesiásticas do ACMM e, de certa forma, vem preencher e desenvolver uma nova perspectiva na historiografia alagoana sobre a escravidão e família numa região tão esquecida nos trabalhos de história do território Alagoano, que é zona da Mata de Alagoas. Não só observando a escravidão, população e/ou Demografia e família, entende-se, aqui, que a instituição religiosa teve uma grande contribuição no panorama geral das análises. Nesse sentido, a Igreja Católica por meio de suas anotações de registros, criaram uma fonte de suma importância para entender as dinâmicas populacionais de diversas regiões, e a partir delas tanto tenta-se entender as perspectivas quantitativas, como qualitativas.

Em determinados momentos o trabalho perde efeito no que diz respeito a problemática, por não haver uma abordagem maior dos vigários na hora de lançar os registros dos agentes históricos nos livros, impedindo a construção de um quadro geral da população da região. Mas, com as poucas informações e análises, o trabalho de certo modo pensa novamente a demografia da localidade onde surgiu o quilombo dos Palmares e a população habitante.

### **Referências**

#### **Fontes documentais**

Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Livro de batismo N°5 da Vila da Imperatriz (1859-1861)

#### **Bibliográficas**



**ANDRADE, Juliana Alves de. A mata em movimento: coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na mata norte em Alagoas. Dissertação (mestrado em História), UFPB-PB, 2008.**

**BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História demográfica e História Social: convergências e perspectivas,(palestra proferida no I encontro do memorial do ICHS, UFOP, Mariana, MG), 11 de Novembro de 2004.**

**CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista. São Paulo: Comanhia das Letras, 2012.**

**COSTA, Iraci del Nero. Demografia Histórica: algumas observações, In Revista Saeculum – Revista de História [24]; João Pessoa Jan./ Jun. 2011.**

**DAISSON. “O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão” In: XAVIER, Regina Célia Lima (org). Escravidão e Liberdade: Temas problemas e perspectivas de análise. São Paulo SP: Alameda, 2012.**

**FARINATI.“Os escravos do Marechal e seus compadres:hierarquia social, família e compadrio no sul do Brasil (c.1820 – c.1855)” In: XAVIER, Regina Célia Lima (org). Escravidão e Liberdade: Temas problemas e perspectivas de análise. São Paulo SP: Alameda, 2012**

**MARQUES, Danilo Luiz. Sobreviver e Resistir: os Caminhos para Liberdade de Africanas Livres e Escravas em Maceió (1849-1888). Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP, 2013.**

**MOTTA, José Flávio. Demografia Historica no Brasil: algumas contribuições à historiografia,(trabalho originalmente apresentado no IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG), Outubro de 1994.**

**SCHUARTZ, Stuart. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001**

**SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini (org). História da Família no Brasil meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos, editora UNISINOS, 2014.(coleção Estudos Históricos Latino-Americanos).**

**SLENES, Robert. Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.**